



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE ARTES E COMUNICAÇÃO
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO
CURSO DE BIBLIOTECONOMIA

CAMILLA VALÉRIA DOS SANTOS COELHO

**BIBLIOTECA SEM BARREIRAS: uma visualização da acessibilidade física em
duas bibliotecas da RMR**

Recife
2018

CAMILLA VALÉRIA DOS SANTOS COELHO

BIBLIOTECA SEM BARREIRAS: uma visualização da acessibilidade física em duas bibliotecas da RMR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Biblioteconomia.

Orientador: Prof. Dr. Maurício Rocha de Carvalho.

Recife
2018

Catálogo na fonte
Bibliotecária Jéssica Pereira de Oliveira, CRB-4/2223

C672b	<p>Coelho, Camilla Valéria dos Santos Biblioteca sem barreiras: uma visualização da acessibilidade física em duas bibliotecas da RMR / Camilla Valéria dos Santos Coelho. – Recife, 2018. 49f.: il.</p> <p>Orientador: Maurício Rocha de Carvalho. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal de Pernambuco. Centro de Artes e Comunicação. Departamento de Ciência da Informação. Curso de Biblioteconomia, 2018.</p> <p>Inclui referências e anexos.</p> <p>1. Acessibilidade. 2. Biblioteca Particular. 3. Biblioteca Pública. 4. Desenho universal. 5. Inclusão social. I. Carvalho, Maurício Rocha de (Orientador). II. Título.</p> <p>020 CDD (22. ed.)</p>	UFPE (CAC 2019-41)
-------	------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------	--------------------

CAMILLA VALÉRIA DOS SANTOS COELHO

BIBLIOTECA SEM BARREIRAS: uma visualização da acessibilidade física em duas bibliotecas da RMR

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Biblioteconomia do Departamento de Ciência da Informação da Universidade Federal de Pernambuco, como requisito parcial para obtenção do Título de Bacharel em Biblioteconomia.

Aprovada em: 14/12/2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Maurício Rocha de Carvalho (Orientador)
Universidade Federal de Pernambuco

Profa. Aureliana Lopes de Lacerda Tavares (Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Eline Isobel (Examinadora Externa)
Bibliotecária

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço aos meus pais José Coelho de Andrade e Valeria Maria dos Santos Coelho por sempre incentivarem meus estudos, pelos conselhos e apoio aos caminhos que trilho na minha vida.

Agradeço às minhas amigas de classe e da vida, Catarina, Daniele, Marina e Manoela por todo o apoio e carinho que me ofereceram para a realização do presente trabalho.

Ao meu orientador, Maurício Rocha de Carvalho, pela paciência, dedicação e ensinamentos que possibilitaram a realização deste trabalho.

A Universidade Federal de Pernambuco e todo seu corpo docente, por realizarem seu trabalho com tamanha dedicação, trabalhando incansavelmente para que nós, discentes, possamos contar com um ensino de extrema qualidade.

“Ser empático é ver o mundo com os olhos do outro e não ver o nosso mundo refletido nos olhos dele.”

(Carl Rogers)

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo retratar a acessibilidade física de duas importantes unidades de informação que possuem um rico acervo aberto a um público diversificado na Região Metropolitana do Recife: a Biblioteca José Mindlin, do Serviço Social do Comércio no bairro de Piedade; e a Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco. Primeiramente, conceitua-se a acessibilidade em seus diferentes aspectos, trazendo, além disso, os primeiros momentos que traçaram a sua história a fim de que alcançasse a importância atual que essa qualidade possui. Logo após, apresentam-se as leis que regulamentam a efetivação da acessibilidade no país e sua aplicação em ambientes que geram a integração da sociedade e promovem a informação e conhecimento, como é o caso das bibliotecas. Em seguida, demonstra-se a metodologia utilizada e a análise da acessibilidade física realizada em ambas as unidades a partir dos parâmetros definidos pelo IFLA, além da apresentação de imagens. Por fim, apresenta-se uma observação geral de ambas as análises.

Palavras-chave: Acessibilidade. Biblioteca Particular. Biblioteca Pública. Desenho universal. Inclusão social.

ABSTRACT

The present study has as objective to represent the physical accessibility of two important information units that have a rich collection open to a diverse public in the Metropolitan Region of Recife: the José Mindlin Library, of the Social Service of Commerce in the neighborhood of Piedade; and the Public Library of the State of Pernambuco. Firstly, accessibility is conceptualized in its different aspects, bringing in addition the first moments that traced its history in order to reach the current importance that this quality has. Next, the laws that regulate the effectiveness of accessibility in the country and its application in environments that generate the integration of society and promote information and knowledge, such as libraries, are presented. Then, the methodology used and the analysis of the physical accessibility performed in both units using the parameters defined by IFLA, it also shows images with observations. Finally, it presents a general observation of both analyzes.

Keywords: Accessibility. Private Library. Public Library. Social Inclusion. Universal Design.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 — Prédio da BPE.....	25
Figura 2 — Rampa de acesso à BPE.....	27
Figura 3 — 3º Pavimento da BPE.....	28
Figura 4 — Escada de acesso ao 2º andar da BPE.....	29
Figura 5 — Mesas de leitura do Setor de Referência da BPE.....	30
Figura 6 — Elevador interditado da BPE.....	31
Figura 7— Livro do Setor Braille da BPE.....	33
Figura 8 — Unidade SESC Piedade.....	35
Figura 9 — Piscina do SESC Piedade.....	35
Figura 10 — Entrada da Biblioteca José Mindlin.....	36
Figura 11 — Acervo da Biblioteca José Mindlin.....	38
Figura12 — Escada de acesso ao 1º pavimento do SESC Piedade.....	39
Figura13 — Espaço para leitura da Biblioteca José Mindlin.....	40

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

Art.	Artigo
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
BPE	Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco
BRAPCI	Base de Dados em Ciência da Informação
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
EJA	Ensino de Jovens e Adultos
EUA	Estados Unidos da América
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IFLA	Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas
LIBRAS	Língua Brasileira de Sinais
NBR	Norma Brasileira
RH	Gestão de Recursos Humanos
RMR	Região Metropolitana do Recife
SCIELO	Scientific Electronic Library Online
SESC	Serviço Social do Comércio

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
2 ACESSIBILIDADE: UMA VISÃO HUMANÍSTICA.....	13
2.1 A lei da acessibilidade.....	17
2.2 Acessibilidade em bibliotecas.....	19
3 UMA VISUALIZAÇÃO DA ACESSIBILIDADE A PARTIR DAS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO IFLA.....	21
4 BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (BPE), UMA AVALIAÇÃO QUANTO A ACESSIBILIDADE.....	23
4.1 Conceito de Biblioteca Pública.....	23
4.2 O Edifício da BPE.....	24
4.3 Análise de acessibilidade física da BPE.....	25
5 A BIBLIOTECA JOSÉ MINDLIN QUANTO A ACESSIBILIDADE.....	34
5.1 Conceito de Biblioteca Particular.....	34
5.2 A unidade do SESC Piedade.....	35
5.3 A Biblioteca José Mindlin e sua infraestrutura.....	36
5.4 Análise da acessibilidade física da Biblioteca José Mindlin.....	37
6 RESULTADOS DA ANÁLISE.....	43
7 CONCLUSÃO.....	44
REFERÊNCIAS.....	46
ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS DO SESC.....	48
ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS DA BPE.....	49

1 INTRODUÇÃO

Apesar de ser um tema bastante discutido nos meios de comunicação atuais, a acessibilidade no Brasil, ainda é algo que interfere diretamente na qualidade de vida dos cidadãos, sendo assim, necessita de uma maior atenção do Estado e da população em geral. Segundo o Censo do IBGE (2010), estima-se que há cerca de 13,5 milhões de pessoas que possuem algum tipo de deficiência motora no país. Já no Nordeste, o IBGE (2010) estima que o número de pessoas com algum grau de deficiência motora passa dos 4 milhões, visto que o estudo foi realizado há quase uma década atrás, atualmente o número já é maior.

Ainda que exista uma grande parcela de pessoas que possuem alguma limitação de locomoção, a realidade da acessibilidade física nas áreas da Região Metropolitana do Recife demonstra que ainda há muitos obstáculos a serem derrubados. Qualquer indivíduo que venha a passar um dia na cidade pode sentir as dificuldades de locomoção nos espaços públicos por conta de calçadas e ruas irregulares, da presença de buracos nas passagens de pedestres, da ausência de rampas, dentre outros problemas causados pela degradação do ambiente somado à falta de manutenção do estado.

Tendo em vista todos esses problemas de acesso, a sociedade como um todo necessita de cautela ao se deslocar pela cidade por conta dos riscos físicos presentes nesta. Além disso, é importante destacar que uma parcela dos cidadãos está mais propensa a sentir dificuldades de locomoção, são estes: idosos, gestantes, pessoas com mobilidade reduzida temporariamente ou não e/ou com deficiência física.

Levando em consideração que a função primordial de uma biblioteca, é disseminar informação para a sociedade, faz-se ideal que esse ambiente tenha a preocupação de integrar indivíduos independentemente de suas características étnicas, sociais, de possíveis limitações físicas, entre outros aspectos. É válido ressaltar que essas limitações físicas, infelizmente, são tangíveis a qualquer ser humano.

O acesso à informação é um direito de todos os brasileiros, e levando este aspecto em consideração, as bibliotecas públicas da cidade são lugares que também requerem atenção na questão de acessibilidade, pois todo espaço público, deve estar apto para integrar as minorias com dificuldade de acesso físico para que

essas estejam inclusas em ambientes que proporcionem informação, conhecimento, educação e entretenimento, como é o caso das bibliotecas.

Entretanto, não menos importante é salientar que a acessibilidade deve estar presente em todos os ambientes, incluindo o setor privado. Especialmente, quando há a preocupação de integrar a comunidade onde essa instituição se insere, como é o caso do Serviço Social do Comércio, o qual realiza atividades e projetos comunitários com o intuito de promover a inclusão social, em diferentes unidades presentes em todo o Brasil.

Visando isso, o presente trabalho tem como objetivo retratar a situação atual da acessibilidade física da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco e da Biblioteca José Mindlin, inserida no SESC Piedade, também no estado de Pernambuco, o qual faz parte do setor privado, a fim de justificar a necessidade de melhorias na acessibilidade física de ambas as unidades, considerando que este aspecto é uma qualidade que é direito de todos os cidadãos perante a Lei Federal nº 10.098.

Num primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados do portal CAPES, BRAPCI e Google Acadêmico para o embasamento teórico do presente trabalho. Posteriormente, realizou-se uma pesquisa de campo para coletar os resultados da análise da acessibilidade física dos objetos de estudo, a Biblioteca José Mindlin do SESC Piedade e da Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco.

No trabalho, utilizou-se o método qualitativo, a partir de uma pesquisa de campo descritiva com estratégia bibliográfica e exploratória, com a aplicação de uma análise a partir das diretrizes estabelecidas pelo IFLA no ano de 2001.

A fim de contextualizar o trabalho, primeiramente apresentam-se os conceitos e o histórico da discussão sobre a acessibilidade na sociedade, demonstrando como tal qualidade amplia perspectivas sociais e o motivo de sua importância.

Após, citam-se leis que regulamentam a efetivação da acessibilidade em ambientes públicos e em unidades de informação que fomentam conhecimento e cultura, que é o caso das bibliotecas. Posteriormente, apresenta-se o IFLA e a visualização da acessibilidade a partir dessa federação.

Os dois capítulos seguintes se dividem de acordo com as bibliotecas analisadas, contendo nestes o conceito de cada tipo de biblioteca; a apresentação e histórico de ambas; e a análise da acessibilidade física realizada de acordo com a metodologia utilizada retratada através de imagens.

2 ACESSIBILIDADE: UMA VISÃO HUMANÍSTICA

A problemática da acessibilidade já aparece na história da humanidade, a partir da Revolução Industrial, quando se valorizava o trabalhador que não possuía qualquer limitação física, pois este gerava capital. Se o trabalhador viesse a apresentar qualquer deficiência física ou a partir do momento que estes indivíduos envelhecessem e apresentassem dificuldades de locomoção, estes seriam, geralmente, afastados do campo de trabalho, pois se tornariam sinônimos de “não produção”, o que gerava abandono e descaso desses grupos. Segundo Souza (2011), um dos fatores que influenciaram no início das discussões sobre acessibilidade foi o cenário pós-Guerra do Vietnã, no qual percebeu-se que diante do alto índice de vitimados dos confrontos armados, a sociedade apresentava mais dificuldades motoras que influenciavam no exercício da cidadania, por conta das barreiras físicas existentes.

A partir de tal tomada de consciência da sociedade, o começo da história da acessibilidade é datado em meados dos anos 60, quando representantes de países como os EUA, Japão e nações europeias se reuniram na Suécia para debater a reestruturação de espaços que estariam adaptados para o conforto do “homem padrão”, aquele que suas características físicas seriam propostas como um modelo ideal para todos, entretanto, o qual nem sempre seria o “homem real”, o qual inclui a diversificação de características físicas dos indivíduos presentes na sociedade. Essa conferência foi o marco histórico para que surgisse nos EUA, no ano de 1963, um novo movimento na área da arquitetura que tinha como função analisar e discutir o desenho de equipamentos, espaços urbanos e edifícios, com o intuito de focar na inclusão de pessoas com deficiências físicas e/ou mobilidade reduzida, denominado de “*projetos livres de barreiras*”.

Posteriormente, esse movimento passa a ser denominado, pelo arquiteto americano e que utilizava cadeira de rodas, Ron Mace, de “*Universal Design*”, como não sendo uma tecnologia direcionada apenas aos que necessitam dela, mas ainda assim incluindo todos os indivíduos, segundo Carletto e Cambiaghi (2008, p. 10):

A ideia do Desenho Universal é, justamente, evitar a necessidade de ambientes e produtos especiais para pessoas com deficiências, assegurando que todos possam utilizar com segurança e autonomia os diversos espaços construídos e objetos.

No Brasil, o caminho das ideias passou a ser o da ação em 1988 quando, na esfera do Governo Federal, a Constituição acolheu dispositivos de acessibilidade nas edificações e nos transportes (ORNSTEIN, PRADO, LOPES, 2010).

Já na década de 90, Ron juntamente com outros arquitetos, estabeleceu alguns princípios que caracterizam o desenho universal, sendo esses, bases para qualquer programa focado em acessibilidade. Carletto e Cambiaghi (2008, p. 12) explicam quais são estes princípios, inicialmente definidos por Ron Mace, que se inserem na proposta do desenho universal:

1) Igualitário (uso equiparável): Inclui espaços, objetos e produtos que são acessíveis para pessoas com diferentes capacidades, tornando os ambientes iguais para todos. *Exemplo: Portas com sensores que se abrem automaticamente, não exigindo força física ou alcance das mãos de usuários independentemente de sua altura.*

2) Adaptável (uso flexível): Design de produtos ou espaços que permitem pessoas com diferentes habilidades e diversas preferências a utilizarem tal, sendo adaptáveis para qualquer uso. *Exemplo: Tesouras adaptáveis a destros e canhotos.*

3) Óbvio (uso simples e intuitivo): De fácil entendimento para que uma pessoa possa compreender, independente de sua experiência, conhecimento, habilidades de linguagem, ou nível de concentração. *Exemplo: Sanitário feminino/masculino e para pessoas com deficiência.*

4) Conhecido (informação de fácil percepção): Quando a informação necessária é transmitida de forma a atender as necessidades do receptor, seja ela uma pessoa estrangeira, com dificuldade de visão ou audição. *Exemplo: Utilizar diferentes maneiras de comunicação, tais como símbolos e letras em relevo, Braille e sinalização auditiva.*

5) Seguro (tolerante ao erro): Previsto para minimizar os riscos e possíveis consequências de ações acidentais ou não intencionais. *Exemplo: Elevadores com sensores em diversas alturas que permitam às pessoas entrarem sem riscos de a porta ser fechada no meio do procedimento e escadas e rampas com corrimão.*

6) Sem esforço (baixo esforço físico): Para ser usado eficientemente, com conforto e com o mínimo de fadiga. *Exemplo: Maçanetas tipo alavanca, que são de fácil utilização, podendo ser acionada até com o cotovelo. Esse tipo de equipamento facilita a abertura de portas no caso de incêndios, não sendo necessário girar a mão.*

7) Abrangente (dimensão e espaço para aproximação e uso): Que estabelece dimensões e espaços apropriados para o acesso, o alcance, a manipulação e o uso, independentemente do tamanho do corpo (obesos, anões etc.), da postura ou mobilidade do usuário (pessoas em cadeira de rodas, com carrinhos de bebê, bengalas etc.). *Exemplo: Banheiros com dimensões adequadas para pessoas em cadeira de rodas ou as que estão com bebês em seus carrinhos.*

O termo acessibilidade surge do latim “*accessibilitate*”, que significa obtenção e facilidade de acesso. Segundo o decreto no 5.296/2004 (NBR 9050:2004) a acessibilidade é:

A condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Além disso, é importante ressaltar que a proposta ideal da acessibilidade não é criar espaços e ambientes para o uso exclusivo de pessoas portadoras de deficiência, o que seria uma forma de discriminação, e sim, desde o projeto pensar em sistemas e ambientes que possam ser utilizados por todos (MAZZONI et. al, 2000).

Com o passar dos anos, o termo acessibilidade vem abrangendo outras áreas, possuindo diferentes focos, mas sempre com o mesmo objetivo: a integração de minorias que possuem limitações perante a sociedade, Sasaki (1997) define esses diferentes tipos de acesso da acessibilidade como:

1) Dimensão arquitetônica, a qual possui o foco na adaptação inclusiva em ambientes físicos;

2) Dimensão comunicacional, com o foco voltado em atividades que geram a inclusão na comunicação com pessoas que apresentam limitações na fala e/ou audição, entre outros;

3) Dimensão metodológica, que foca em métodos aplicados a pessoas que oferecem serviços à sociedade, a fim de que se tenha a preparação adequada desses para atender usuários que possuem deficiências;

4) Dimensão instrumental, focada em adaptar objetos como utensílios, equipamentos e ferramentas a fim de facilitar a utilização destes para pessoas que possuem limitações físicas;

5) Dimensão programática, focando em eliminar barreiras invisíveis presentes em todos os tipos de regulamentações, como leis, decretos, regulamentos, portarias, editais, etc.;

6) Dimensão atitudinal, que foca na educação e conscientização da sociedade a fim de que se elimine preconceitos e estereótipos que possam excluir indivíduos que possuam quaisquer tipos de deficiência, de atividades e oportunidades.

Apesar dos diferentes conceitos, essas dimensões também podem estar imersas entre si. A partir disso, pode-se perceber que, ainda que o foco do presente trabalho se remeta à dimensão arquitetônica, essa não exclui a importância das outras diversas dimensões existentes para que se alcance a acessibilidade no âmbito social. Essa não é só possível de estar presente somente no ambiente físico, mas também no abstrato, ao que, como por exemplo, se relaciona com a preocupação de aprendizado da língua de sinais (LIBRAS) para que tal indivíduo tenha a possibilidade de se comunicar com pessoas que possuem limitações de fala e/ou audição, ou na preocupação de uma empresa em prestar palestras aos seus funcionários para conscientizá-los que ainda que um usuário apresente qualquer limitação física, isso não deve ser motivo de preconceito, a diferença do tratamento se dará apenas quando se fizer necessária alguma assistência especial a fim de que facilite seu atendimento.

Fernandes (2008) define o termo acessibilidade como palavra que pode expressar possibilidades, alcance de objetivos, cumprimento de metas e justiça social. Atributo este que gera a autonomia de indivíduos que possuem limitações físicas, e conforme Sasaki (2000, p. 35):

O grau de autonomia resulta da relação entre o nível e prontidão físico-social do portador de deficiência e a realidade de um determinado ambiente físico-social. Por exemplo, uma pessoa com deficiência pode ser autônoma para descer um ônibus, atravessar uma avenida e circular dentro de um edifício para cuidar de seus negócios, sem ajuda de ninguém nesse trajeto. Um outro portador de deficiência pode não ser tão autônomo e, por isso, necessitar de uma ajuda para transpor algum obstáculo do ambiente físico. Tanto a prontidão físico-social como o ambiente físico-social podem ser modificados e desenvolvidos.

A maior facilidade de acesso à informação nos dias atuais decorrente da evolução tecnológica alterou a perspectiva de vida dessas pessoas que, há anos atrás, sentiam-se de certa forma excluídas pela falta de atenção que a própria sociedade possuía para adaptar os ambientes a fim de torná-los acessíveis para

todos, independentemente de etnia, religião, idade, classe social e limitações físicas, sejam essas temporárias ou permanentes.

Segundo Villarouco (2011, p. 291):

Perceber o espaço, o entorno, pensar a construção do lugar, as relações afetivas e também a acessibilidade psicológica compõem um bloco em que o cognitivo e o perceptual são tratados como determinantes na relação homem-ambiente.

A partir disso, é interessante ressaltar que a preocupação da sociedade com pessoas que apresentam limitações referentes ao modelo que seria “padrão” para um estilo de vida, trata-se de uma forma de empatia e de humanidade, componentes cognitivos essenciais para que o convívio da nossa sociedade esteja em harmonia nas relações humanas e na relação humano-ambiente em direção a total integração e acessibilidade.

2.1 A lei da acessibilidade

Pessoas com deficiência cruzam com diversas barreiras por conta da falta de acessibilidade todos os dias. Certas situações ainda interferem bastante no modo de vida dessas pessoas, como por exemplo, quando um cadeirante deseja realizar uma compra em uma loja física, mas essa não possui rampa de acesso. Ou quando um deficiente visual vai a um restaurante e o ambiente não possui cardápio em braille, e até mesmo quando um surdo deseja assistir um vídeo, porém esse está sem tradução para Libras. As dificuldades ainda são inúmeras e constantes. Por isso, gera-se a necessidade de o Estado interferir por meio de leis e normas, com o intuito de melhorar a qualidade de vida dessas pessoas.

No Brasil, a Constituição Brasileira atual publicada em 1988, foi lançada com o objetivo de garantir os direitos sociais de todos os cidadãos brasileiros, e pela primeira vez no cenário público brasileiro visou regulamentar a garantia dos direitos das pessoas com deficiências. A partir dela, surgiram diferentes leis e normas com o intuito de garantir a acessibilidade e inclusão, como por exemplo, a Lei de Cotas, que foi publicada em 1991, objetivando a inclusão de pessoas com deficiências no mercado de trabalho.

Posteriormente, é lançada a primeira lei voltada exclusivamente à acessibilidade, possuindo a finalidade de garantir legalmente que essa qualidade seja, de fato, concedida à sociedade igualmente. Essa é a Lei Federal nº 10.098 é publicada

em 19 de dezembro de 2000, a qual “estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida” (BRASIL, 2000). Dentro da lei da acessibilidade, é citado o Art. 24, regulamentando que:

Os estabelecimentos de ensino de qualquer nível, etapa ou modalidade, públicos ou privados, proporcionarão condições de acesso e utilização de todos os seus ambientes ou compartimentos para pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, inclusive salas de aula, **bibliotecas**, auditórios, ginásios e instalações desportivas, laboratórios, áreas de lazer e sanitários. (BRASIL, 2000, **grifo nosso**)

No ano de 1996 foi promulgada A Declaração de Salamanca sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, da Organização das Nações Unidas, no qual declara o direito de todos conviverem num mesmo espaço, da pessoa com necessidades especiais ter o direito de ir e frequentar qualquer lugar, assim como os estabelecimentos dever ter as suas estruturas físicas modificadas e os seus funcionários capacitados para atenderem a todas as pessoas (ORGANIZAÇÃO..., 1996 apud SANTOS, 2014).

A acessibilidade, sendo um fator importante para a integração de indivíduos em quaisquer ambientes, encontra-se diretamente associada à qualidade de vida de uma sociedade. A partir dessa perspectiva, ressalta-se que é dever do Estado garantir direitos a todos os cidadãos, como cita a Constituição da República Federativa de 1988 em seu Art. 5º:

Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. (BRASIL, 1988)

Diante disso, faz-se necessário que esse mesmo Estado tenha a preocupação de efetuar melhorias na questão da acessibilidade como uma forma de inclusão social e, não menos importante, fiscalizar se essas estão realmente sendo realizadas no país a fim de atender e integrar indivíduos em programas e atividades de qualquer setor, sendo este público ou privado. Diante disso, pode-se citar Oliveira (2003, p. 7 apud NUNES, 2010), quando este afirma que:

Ao chamar atenção para o fato de que quando se fala em legislação, a eliminação de barreiras arquitetônicas é traduzida como acessibilidade, favorecendo para que as pessoas com mobilidade reduzida possam ter um melhor desempenho na execução dos seus objetivos.

Apesar de serem protagonistas na função da tomada de providências para tornar as oportunidades de melhorias na qualidade de vida acessíveis a todos os cidadãos,

as autoridades públicas não são os únicos que devem se preocupar com o assunto, mas também a sociedade como um todo. Ainda assim, estes representantes devem ser vistos como exemplos perante a sociedade, regulamentando e fiscalizando as leis já existentes, e estando em constante busca de melhorias para a acessibilidade da população. Infelizmente algumas pessoas físicas e jurídicas insistem em não atender a demandas mínimas de acessibilidade, por enquanto a maioria das pessoas nem sempre estão dispostas a cobrarem o seu direito de ir e vir em todas as esferas da vida atual.

2.2 Acessibilidade em Bibliotecas

Pensar no ambiente da biblioteca como um espaço propulsor de conhecimento, informação e cultura, ressalta a importância da acessibilidade a fim de configurar esse espaço de modo que este se torne uma ferramenta de inclusão social e da sociabilização dos usuários, processo que possui como função primária a aquisição e internalização de morais compartilhadas e padrões normativos comuns (FRØNES, 2016, p. 13).

Por outro lado, não se preocupar em tornar tal ambiente acessível, é sinônimo de limitar essa garantia de acesso ao conhecimento, informação e cultura que é dado como direito a todos os cidadãos. Sendo assim, é importante ressaltar que no Brasil, há a existência do Decreto 6949 (BRASIL, 2009) citando o Art. 30, no qual institui a *“Participação na vida cultural e em recreação, lazer e esporte de pessoas que possuem algum grau de deficiência”*:

Os Estados Partes reconhecem o direito das pessoas com deficiência de participar na vida cultural, em igualdade de oportunidades com as demais pessoas, e tomarão todas as medidas apropriadas para que as pessoas com deficiência possam:

- a) Ter acesso a bens culturais em formatos acessíveis;
- b) Ter acesso a programas de televisão, cinema, teatro e outras atividades culturais, em formatos acessíveis; e
- c) Ter acesso a locais que ofereçam serviços ou eventos culturais, tais como teatros, museus, cinemas, **bibliotecas** e serviços turísticos, bem como, tanto quanto possível, ter acesso a monumentos e locais de importância cultural nacional. (BRASIL, 2009, **grifo nosso**)

Levando em consideração que a inclusão social é um fator primordial para as minorias presentes na sociedade, e em especial para pessoas portadoras de deficiências, é necessário que a gestão das bibliotecas se prontifique de seguir as leis para acessibilidade que são estabelecidas, que forneça a capacitação

necessária para seus funcionários com o intuito de fornecer um atendimento igualitário e inclusivo para pessoas que apresentem necessidades especiais, que possua mobiliário adequado para alcançar a acessibilidade no local, e além disso, que possua obras inclusivas de acordo com os diferentes tipos de deficiências existentes, como por exemplo, livros em braile para deficientes visuais.

Considerando esses aspectos, torna-se legalmente esclarecido que as bibliotecas de ambos os setores (público e privado) precisam se adequar às necessidades dos indivíduos que apresentem necessidades especiais. Atualmente, essa é uma questão bastante discutida na sociedade, entretanto as barreiras concretas que limitam o acesso dessas minorias são muito notáveis no país, pois apesar de a legislação determinar as leis, a fiscalização para o cumprimento destas ainda é fraco.

No setor público, a questão da liberação de recursos se torna mais um empecilho que influencia na tomada de providências para se eliminar as barreiras que as bibliotecas ainda apresentam para pessoas deficientes. Um dos motivos para tal situação é alertado por Azevedo (2012, p. 4):

As Bibliotecas Públicas no Brasil passam por um momento tenso, com um notório problema no entendimento de sua missão, função e objetivos. Pouco se discute a formação de suas coleções. Muito mais confusos são os caminhos que perpassam pelo estudo de usuários.

O estudo do usuário é uma das formas para evidenciar quais são os caminhos para tornar a biblioteca acessível. A implantação de *feedback* do usuário, a organização de rodas de discussão sobre a acessibilidade são algumas das maneiras de se visualizar as necessidades dos usuários que estão em constante luta pela sua inclusão e efetivação do direito de ir e vir perante a sociedade, que são as pessoas com deficiências físicas e dificuldades de locomoção. Entretanto, vale ressaltar que ainda se faz fundamental ultrapassar a fronteira das discussões e implementar ações efetivas que possa atender a esse público, tornando-se assim a uma sociedade mais justa e democrática para todos (SANTOS, 2014).

3 UMA VISUALIZAÇÃO DA ACESSIBILIDADE A PARTIR DAS DIRETRIZES ESTABELECIDAS PELO IFLA

A International Federation of Library Associations and Institutions, ou, em português, Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas (IFLA), foi fundada em 1927 e possui como objetivo contribuir para a sistematização das atividades das bibliotecas e demais serviços de informação até os dias atuais.

Com o intuito de colaborar com o melhor intercâmbio global de informações, a IFLA atua na contribuição para o desenvolvimento de métodos e processos de trabalho em unidades informacionais. Seu trabalho se faz bastante importante no campo das bibliotecas públicas. Em 1973, a federação publicou a 1ª edição de Padrões para Bibliotecas Públicas, que desencadeou efeitos altamente positivos na área, principalmente em alguns países em desenvolvimento, que se basearam nas orientações definidas pela federação para elaborar normas nacionais ou, ao menos, colocar alguns princípios e critérios ao alcance dos bibliotecários locais a fim de nortear seu trabalho seguindo padrões aceitos internacionalmente.

Já no ano de 1986, a Federação, ao invés de continuar apresentando sua vertente normativa, muda sua linha de trabalho para oferecer aos profissionais diretrizes, orientações, recomendações, que apontassem os caminhos mais ajustáveis de acordo com as diferentes realidades dos países que atendiam. A partir disso, a palavra padrões presente nos títulos dessas publicações é substituída por diretrizes.

No ano de 2001, objetivando o fornecimento de orientações aos bibliotecários para o desenvolvimento de atividades nas bibliotecas públicas, o IFLA publica o livro *Diretrizes para Bibliotecas Públicas*. Com o propósito de que o acesso às bibliotecas seja possibilitado a qualquer usuário, se preocupando com as necessidades especiais de pessoas que possuem limitações físicas e sensoriais, o livro define alguns critérios a serem seguidos para que as bibliotecas se tornem acessíveis:

- a) Da entrada ser claramente visível e situada na parte do edifício mais frequentada pelos usuários;
- b) de se eliminar possíveis barreiras que atrapalhem o uso da biblioteca;
- c) de não existir qualquer elemento no projeto que impeça a alguém ou a grupo, de se utilizar de alguma parte da biblioteca;
- d) de se evitar se construir escadas internas ou no exterior;

- e) dos níveis de iluminação estarem ajustados às normas nacionais e às internacionais;
- f) de estar previstos elevadores próximos à entrada e adaptados para cadeiras de rodas e carrinhos de bebê;
- g) de dotar de cestas grandes os carros dos usuários das bibliotecas;
- h) de, periodicamente, se fazer revisão da acessibilidade para confirmar de que não surgiram barreiras que dificultem o uso da biblioteca;
- i) de, na medida do possível, as normas locais, nacionais e internacionais sobre a acessibilidade dos edifícios públicos serem cumpridas.

Esses parâmetros têm como objetivo assegurar que a unidade da informação se adéque a todas os indivíduos, visando minimizar os obstáculos no ambiente, e não possuindo o intuito de adaptar somente para pessoas com limitações de locomoção temporárias ou permanentes, mas sim, inserir essas em um ambiente de fomentação de conhecimento a qual todos os cidadãos possuem o direito.

Baseando-se nesses critérios, surge o *insight* de apresentar a situação de duas bibliotecas que se inserem em diferentes setores, público e privado, situadas na RMR, em Pernambuco. Levando em conta a diversificação do público e a riqueza de conhecimento presente nos acervos de ambas, optou-se pela Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, localizada no bairro de Santo Amaro, e a Biblioteca José Mindlin, inserida na unidade SESC Piedade, na cidade de Jaboatão dos Guararapes. Após o embasamento teórico recuperado e estudado através de bases dados como CAPES, BRAPCI e Scielo, ambas foram analisadas, a partir de uma visita técnica, utilizando-se as diretrizes da IFLA, acima citadas, com o objetivo de retratar a acessibilidade física dessas unidades informacionais, para assim, facilitar a implantação de melhorias que tornem esses ambientes acessíveis e exerçam sua função de ferramenta de inclusão social para a comunidade em que se insere.

4 BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO (BPE), UMA AVALIAÇÃO QUANTO À ACESSIBILIDADE

4.1 Conceito de Biblioteca Pública

Indo além da guarda de livros, a biblioteca pública nos dias atuais tem um papel essencial na democratização da cultura, servindo como veículo de exercício da cidadania. Esse ambiente, pode ser definido como uma ferramenta de promoção da informação e do conhecimento à sociedade em geral, entretanto, por ser aberta ao público, deve considerar as necessidades deste e saber reconhecer os interesses da população.

Segundo Santos, Diniz e Sá (2014, p. 2), a biblioteca pública na contemporaneidade é conceituada como um espaço com igualdade de acesso para todos os usuários independentemente de sua condição social, física, sensorial, entre outras.

Já a Unesco (1994) define a biblioteca pública como um “centro local de informação, tornando prontamente acessíveis aos seus utilizadores o conhecimento e a informação de todos os gêneros.” Acesso este que é um direito em formato de espaço para a integração de todo e qualquer indivíduo que se insere na sociedade:

Os serviços da biblioteca pública devem ser oferecidos com base na igualdade de acesso para todos, sem distinção de idade, raça, sexo, religião, nacionalidade, língua ou condição social. Serviços e materiais específicos devem ser postos à disposição dos utilizadores que, por qualquer razão, não possam usar os serviços e os materiais correntes, como por exemplo, minorias linguísticas, pessoas deficientes, hospitalizadas ou reclusas. (UNESCO, 1994, p. 1)

Na perspectiva dos portadores de deficiência, o acesso à informação é uma porta de entrada para que esses indivíduos percebam totalmente que são capazes de alcançar qualquer objetivo que lhe é almejado ou desafio que lhe é proposto. É válido ressaltar que o acesso à informação e conhecimento é um direito de todos os cidadãos, e que todo espaço público necessita ser adaptado a qualquer possível limitação física do ser humano, já que esse está constantemente exposto aos riscos externos que podem atingi-lo. Dessa forma, é importante que as bibliotecas públicas, em geral, passem a observar com uma perspectiva humanística quais são os pontos que venham a dificultar o acesso à promoção cultural, conhecimento e informação que estes ambientes fornecem à sociedade.

4.2 O Edifício da BPE e seu projeto

Inicialmente nomeada de Biblioteca Pública Provincial, a atual Biblioteca Pública do Estado de Pernambuco, foi inaugurada no ano de 1852. Num primeiro momento, a biblioteca localizava-se juntamente ao Liceu Provincial, correspondendo hoje ao Edifício Pernambuco. Já no ano de 1854, a biblioteca foi transferida para o Colégio das Artes, que era localizado na Rua do Hospício. Seis anos depois, passa a ser parte do Convento do Carmo, sendo localizada em seu primeiro andar, posteriormente ainda é transferida para o Palacete da Câmara Municipal, onde permanece de 1875 a 1930. Depois que o edifício foi transformado no atual edifício do Arquivo Público Estadual, foi transferida para sua atual sede em 1971, com instalações modernas e dentro das normas arquitetônicas daquele período.

A biblioteca possui um amplo acervo: inclui obras de edições raras, do período colonial e imperial, também preserva jornais antigos do Recife originados desde o início da imprensa local na cidade, inclui obras de história, economia e vários outros assuntos. Seu acervo estima-se em 270 mil livros, e cerca de 370 mil volumes. A partir disso pode-se notar a importância de seu papel na preservação da memória da cidade, gerando aos seus habitantes e à sociedade em geral um vasto conhecimento histórico-cultural.

A BPE está instalada em prédio próprio, com estrutura em concreto armado, com cerca de 4,8 mil metros quadrados, no centro da cidade do Recife, próximo a uma rede de escolas estaduais de referência. Possui 85 funcionários, sendo estes concursados e terceirizados, são 22 bibliotecários, 30 professores, 16 assistentes administrativos e 17 funcionários terceirizados.

O prédio conta com três andares, no térreo se insere o setor circulante, sendo este o acervo que sai para empréstimos; setor infantil; a Coleção Pernambucana, o qual é constituída por obras de autores pernambucanos; processamento técnico; sala de restauro e acervo geral. No primeiro andar, há os toaletes e bebedouros; setor de periódicos; sala de leitura; terminais de consulta; setor de referência e o setor *Braille*, um acervo totalmente voltado às obras em *Braille*. No segundo andar, encontra-se situada a gerência e o setor administrativo; a unidade de atendimento ao público; o setor de projetos e ações culturais; coleções especiais, contando com obras raras, iconografia e mapoteca; sistema de bibliotecas públicas municipais; o setor de direito autoral, que fornece atendimento para obtenção de direitos autorais

em obras; e a praça da informação, contendo computadores com acesso à internet disponíveis aos usuários. No terceiro e último andar encontra-se presente a sala do núcleo de línguas, este oferece aulas gratuitas de espanhol e inglês.

Figura 1 — Prédio da BPE



Fonte: Site da BPE, 2018.

O fato de se inserir no setor público, evidencia a importância da biblioteca se preocupar em oferecer seus serviços a todos os cidadãos sem qualquer exclusão, sendo assim, crianças, jovens, adultos, idosos, gestantes e pessoas com deficiências têm o mesmo direito perante a lei de acessar os serviços oferecidos pela unidade informacional. Consequentemente, faz-se necessário a gestão da biblioteca não pensar somente na adaptação do meio para deficientes físicos, visuais ou auditivos, mas além disso, tornar o ambiente acessível a fim de que essas minorias estejam integradas na sociedade.

4.3 Análise de acessibilidade física da BPE

Com o intuito de visualizar a realidade atual da acessibilidade da Biblioteca Pública do Estado, realizou-se uma análise através de uma visita técnica, utilizando

as diretrizes definidas pelo IFLA. Abaixo seguem os pontos observados durante a visita:

a. Da entrada ser claramente visível e situada na parte do edifício mais frequentada pelos usuários;

Resultado: A entrada está localizada na parte mais frequentada do edifício. Entretanto, na área externa da biblioteca, não há placas informativas que auxiliem os usuários no acesso à biblioteca. Este fator pode dificultar na orientação do caminho que o usuário deve seguir para acessar o serviço que lhe é preterido. Após o portão que dá acesso à área interna, pode-se seguir para o térreo, no qual se localiza o setor de livros para empréstimos, que possui uma pequena rampa para o acesso ao local, e estacionamento, ou para a rampa de acesso ao 1º andar, onde se localizam os banheiros, bebedouros, o setor de periódicos, a sala de leitura, terminais de consulta, o setor de referência e o de Braille.

b. De se eliminar possíveis barreiras que atrapalhem o uso da biblioteca;

Resultado: O setor de empréstimos, localizada no térreo não possui obstáculos que limitem seu acesso, entretanto, no momento da visita era notável que não se possuía a preocupação de delimitar uma distância suficiente entre as estantes a fim de que cadeirantes e pessoas que utilizam muletas pudessem se locomover no ambiente, isso pode atrapalhar na autonomia do usuário, pois este terá dificuldade de realizar uma consulta local, e possivelmente apenas dependerá do serviço de referência do bibliotecário para selecionar a informação que deseja. Já o acesso ao 1º andar possui uma longa rampa descoberta que apresenta algumas especificações inseridas na Norma 9050 da ABNT como o declive dentro dos parâmetros com 6,30% de inclinação, corrimãos com barras de duas alturas em cada lado, distância maior que 1,20 metros para locomoção, apesar da falta de piso antiderrapante e piso tátil, o que não limita o acesso à biblioteca, mas ainda assim pode ser um risco para portadores de deficiências. Após a rampa, na entrada para a área interna da biblioteca, há duas catracas para controle de acesso, porém existe uma porta lateral na estrutura das barras para o acesso de pessoas que apresentem limitações de locomoção. Apesar disso, para acessar o 2º e 3º andar, é necessário que se enfrente duas

sessões de escada em cada pavimento. O prédio dispõe de um elevador, entretanto o mesmo não se encontrava em funcionamento no momento da análise.

Figura 2 — Rampa de acesso à BPE



Fonte: Camilla Coelho, 2018.

c. De não existir qualquer elemento no projeto que impeça a alguém ou a grupo, de se utilizar de alguma parte da biblioteca;

Resultado: Apesar de algumas áreas possuírem a entrada acessível, sendo essas o térreo e o 1º andar, os outros dois andares da biblioteca só podem ser acessados através de escadas, isso vem a desencadear a limitação de acesso do ambiente informacional ao usuário, excluindo possibilidades e o alcance de objetivos destes. Esse fator restringe certos usuários a alguns serviços oferecidos pelas bibliotecas, como: o acesso à UAP, que é a unidade de atendimento ao público; setor de ação e projetos culturais; de direitos autorais, aberto ao público para registro de obras; coleções especiais, que

não é aberta ao público em geral, mas ainda podem ser acessados para pesquisadores com acompanhamento de funcionários da unidade; a praça da informação, que dispõe de computadores com acesso à internet disponível ao público; e o núcleo de línguas, o único setor do terceiro pavimento do prédio, que oferece gratuitamente aulas de idiomas para o público.

Figura 3 — 3º Pavimento da BPE



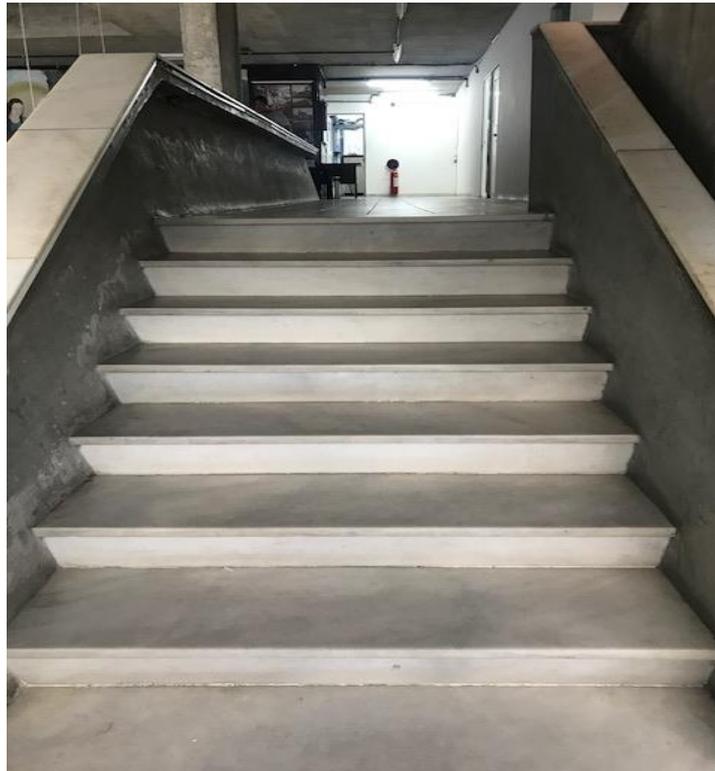
Fonte: Camilla Coelho, 2018.

d. De se evitar se construir escadas internas ou no exterior;

Resultado: Há uma sessão de escada na parte externa do prédio, mas isso não impossibilita o acesso à área interna da biblioteca para cadeirantes e indivíduos com limitações físicas por conta também da presença das rampas. Na parte interna, há sessões de escadas interligando o primeiro ao segundo pavimento, e do segundo ao terceiro. Esse fator limita a circulação dos usuários no ambiente, pois, dificilmente algum cadeirante venha a enfrentar esses obstáculos para acessar outras partes da biblioteca. Além disso, a existência da escada pode implicar em outras situações. Pelo fato da gerência e o setor administrativo se localizarem no segundo andar, com acesso exclusivo por meio de duas sessões de escadas, essa situação poderia

interferir e limitar o serviço dos funcionários não só desse setor, mas também de todos os outros, pois todos os trabalhadores da unidade, como qualquer ser humano, estão expostos aos riscos físicos e acidentes que podem atingi-lo a qualquer momento.

Figura 4 — Escada de acesso ao 2º andar da BPE



Fonte: Camilla Coelho, 2018.

e. Dos níveis de iluminação estarem ajustados às normas nacionais e às internacionais;

Resultado: Segundo a gestão da biblioteca, o único setor da biblioteca que há a preocupação de ajustar os níveis de iluminação é o acervo de obras raras, pois existem regras que são seguidas rigorosamente para a conservação das obras presentes no acervo. Em outras áreas não se tem conhecimento se há algum parâmetro de ajuste dos níveis de iluminação ou fiscalização se as normas existentes estão sendo seguidas. Essa é uma situação preocupante pela perspectiva de que a biblioteca é um ambiente voltado à leitura e estudo, faz-se necessário que se dê uma maior atenção a esses ajustes na iluminação do ambiente, pois deve-se considerar a irritabilidade provocada pelo esforço dos olhos dos usuários em se adaptarem a esses níveis, que se

estiverem fora das normas necessárias, podem desencadear no decorrer do tempo, algum tipo de lesão ocular. Por isso, se faz importante que a NBR 5413 da ABNT, a qual estabelece valores médios mínimos de iluminância para interiores, inserindo bibliotecas, seja seguida.

Figura 5 — Mesas de leitura do Setor de Referência da BPE



Fonte: Camilla Coelho, 2018.

f. De estar previstos elevadores próximos à entrada e adaptados para cadeiras de rodas e carrinhos de bebê;

Resultado: A unidade possui um elevador para o acesso aos três pavimentos da biblioteca, entretanto há cerca de cinco anos o mesmo não funciona. Não é possível analisar se este é adaptado para cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê, pois no momento da visita se encontrava interdito. O motivo é que a manutenção só pode ser realizada a partir da liberação da verba, o que, infelizmente, se torna um empecilho para a realização de reformas na unidade informacional. Esse é um dos resultados mais preocupantes, pois dificulta o acesso aos outros pavimentos do prédio, e conseqüentemente os serviços que são oferecidos neles. Por exemplo, o núcleo de línguas que oferece aulas

de inglês e espanhol gratuitamente encontra-se localizado no 3º pavimento, o fato de enfrentar as escadas dificulta a possibilidade de um cadeirante, idoso com limitações físicas, ou de um deficiente visual poder usufruir desse serviço oferecido pela biblioteca, por conta dos obstáculos físicos que esses vêm a enfrentar na unidade.

Figura 6 — Elevador interditado da BPE



Fonte: Camilla Coelho, 2018.

g. De dotar de cestas grandes os carros dos usuários das bibliotecas;

Resultado: As cestas grandes para locomover os livros na área da biblioteca são disponibilizadas apenas para os funcionários, para organização e remanejamento dos livros do acervo. Esse é um problema, pois usuários, principalmente quando estão imersos em algum ramo de pesquisa, costumam retirar muitos livros das estantes. A implantação de cestas diminuiria o fluxo de pessoas nos corredores, e assim, melhoraria a circulação dos usuários e funcionários no espaço.

h. De, periodicamente, se fazer revisão da acessibilidade para confirmar de que não surgiram barreiras que dificultem o uso da biblioteca;

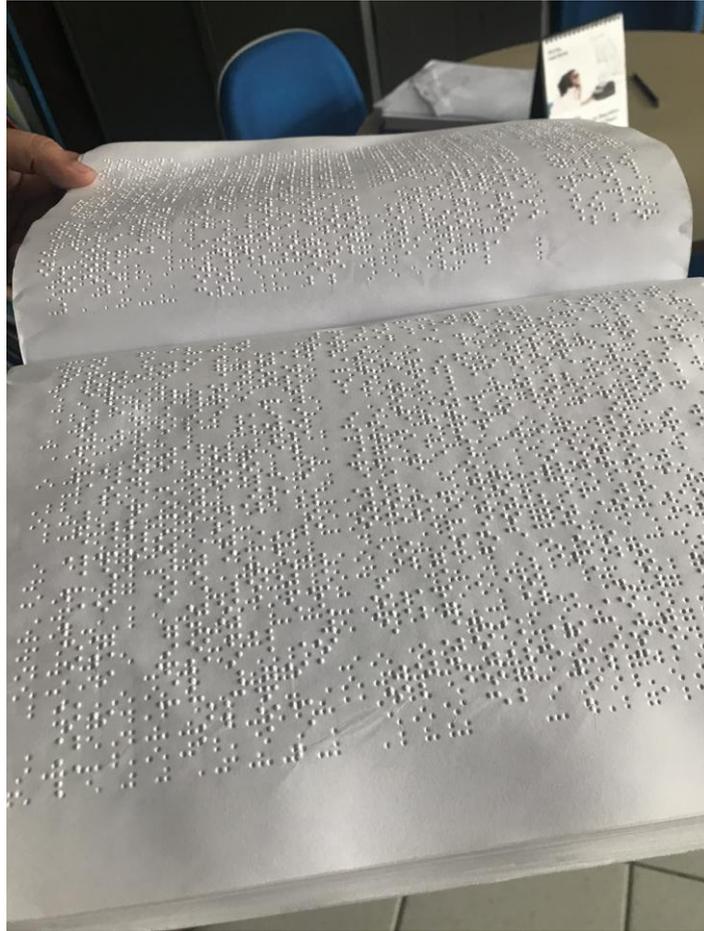
Resultado: Não há revisão com o foco na acessibilidade física no ambiente. O que é preocupante para a efetivação da acessibilidade no local, pois se não há uma observação e estudo dos fatores que venham a dificultar o acesso do ambiente a diferentes grupos que possuem certas limitações, dificilmente poderão ser aplicadas melhorias significativas no local.

i. De, na medida do possível, as normas locais, nacionais e internacionais sobre a acessibilidade dos edifícios públicos serem cumpridas.

Resultado: A partir da análise e das leis apresentadas na fundamentação teórica, conclui-se que nem todas as normas de acessibilidade estão sendo seguidas, pois a biblioteca ainda apresenta várias barreiras físicas que dificultam o acesso dos serviços que são oferecidos para seus usuários. A situação é preocupante, principalmente pelo fato da biblioteca se inserir no setor público, pois é de conhecimento dos servidores da unidade e do Estado que existem leis a serem seguidas para a implantação da acessibilidade, a fim de que esses locais integrem a sociedade em geral.

Um ponto bastante interessante a se destacar na BPE é a existência do setor *Braille*, presente no 1º pavimento do prédio. Esse acervo importante conta com cerca de 7,5 mil volumes abrangendo variados suportes como: obras didáticas, periódicos nacionais e estrangeiros, revistas faladas e literatura em geral. O sistema de leitura tátil e escrita Braille é o mais completo, perfeito, seguro e eficiente meio de acesso à educação e à informação para o deficiente visual. O Braille promove o acesso à informação de forma acessível à pessoa cega, gerando assim, a possibilidade da leitura, elemento essencial para ampliar conhecimentos, facilitando o exercício da cidadania e promoção cultural dessas minorias que precisam ser incluídas na sociedade.

Figura 7— Livro do Setor Braille da BPE



Fonte: Camilla Coelho, 2018.

A partir dessas observações, pode-se ter uma ideia da situação atual da acessibilidade física no prédio da BPE. A maioria das diretrizes ainda não são seguidas, e apesar da biblioteca possuir um setor acessível, direcionado aos deficientes visuais, é necessário que se implemente melhorias no local para facilitar a locomoção dessas pessoas no ambiente, além de todos os cidadãos. Existem leis que precisam ser seguidas, a falta de acessibilidade nesse ambiente público gera exclusão e é um descaso do estado para com a sociedade.

5 BIBLIOTECA JOSÉ MINDLIN QUANTO A ACESSIBILIDADE

5.1 Conceito de Biblioteca Particular

Diferentemente da biblioteca pública, a biblioteca particular, por sua vez, trata-se de um centro informacional coordenado por indivíduos ou empresas a fim de organizar acervos pessoais ou institucionais, e, geralmente, não possuem vínculo algum com o setor público.

Entretanto, cabe lembrar que esse tipo de biblioteca é tido como verdadeiramente importante quando ela consegue ser útil à população, seja para aqueles que procuram uma leitura informativa, recreativa, literária ou cognitiva (BEZERRA; SILVA, 2008).

A biblioteca particular foi possuída, até os dias atuais, um papel fundamental para a história da biblioteconomia, já que, conforme Moraes (1975):

Quando se estuda a história das grandes bibliotecas do mundo, das grandes bibliotecas nacionais que fazem o orgulho de muito povo, vê-se logo que elas se formaram, tendo como base uma coleção particular, e foram se enriquecendo com a aquisição ou doação de outras coleções particulares.

Muitas das bibliotecas particulares de grandes filósofos e pensadores da história da humanidade se tornaram propulsoras de conhecimento, pois essas se tornaram ferramentas para a guarda e recuperação de um dos suportes que possuem a memória da sociedade, que são os livros, já que há algumas décadas atrás não existia o âmbito digital, que hoje é um dos meios mais seguros para a guarda da memória.

Ainda assim, nos dias atuais, há bibliotecas, que apesar de estarem inseridas no setor privado, ainda possuem como missão a guarda e possibilidade de recuperação de informações, ao possuir como objetivo o atendimento e abertura de seu acervo à população em geral, estes centros informacionais associam-se à promoção cultural e histórica, por possuir obras de variadas áreas e assuntos. Como é o caso da Biblioteca José Mindlin, inserida no SESC Piedade, que mesmo sendo uma unidade voltada a comerciários, essa unidade informacional abre seu acervo para a comunidade em que se insere.

5.2 A Unidade do SESC Piedade

O Serviço Social do Comércio (SESC), foi criado em 1946, no dia 13 de setembro, pelo Decreto-Lei nº 9.853. Trata-se de uma instituição brasileira privada, e se mantém pelos empresários do comércio de bens, serviços e turismo, com atuação em todo o Brasil, se voltando prioritariamente para o bem-estar social dos seus empregados e familiares, porém ainda é aberto à comunidade em geral. Atua em diferentes áreas, como Educação, Saúde, Lazer, Cultura e Assistência. A instituição conta com cerca de 390 unidades em todo o país.

Na cidade de Jaboatão dos Guararapes, localizada na Região Metropolitana do Recife, situa-se a unidade do SESC Piedade. O espaço é reservado à cultura, educação, esportes, lazer e trabalho com grupos da terceira idade. O SESC Piedade dispõe de parque aquático, minicampo, playground, restaurante, salão de jogos, sala de ginástica, musculação, biblioteca. Oferece variados serviços como aulas de teatros, canto, inglês, informática, dança, possui o setor de serviço social que trabalha com grupos de idosos, além do EJA que fornece o ensino médio para jovens e adultos.

Na parte interna do prédio, no térreo, localiza-se a academia, a sala de dança, cantina, o setor de atendimento e o de turismo, o restaurante e a cozinha, e o setor de nutrição. Já no 1º pavimento, com acesso exclusivamente por meio de escadas, encontra-se a sala de jogos, a biblioteca, o setor de serviço social, sala para objetos de limpeza, o setor administrativo e de recreação, e a gerência.

Figura 8 — Unidade SESC Piedade



Fonte: Site do SESC Pernambuco, 2018.

Figura 9 — Piscina do SESC Piedade



Fonte: Site do SESC Pernambuco, 2018.

Por conta do acesso exclusivo através de escadas, o setor de serviço social que é responsável por atividades do grupo de idosos, os quais geralmente possuem limitações físicas maiores, e por amparar pessoas que de alguma forma buscam apoio para o exercício de sua cidadania, distancia-se fisicamente do público que, no cenário atual, precisa de mais suporte para que possam exercer seus direitos e deveres como cidadãos, que são os portadores de deficiências.

Sendo assim, evidencia-se que, apesar da unidade possuir o intuito de gerar a inclusão social dos indivíduos para a comunidade que se insere, fornecendo serviços que contribuam para a melhoria da qualidade de vida da sociedade, faz-se necessário que esta estude e analise quais são os pontos que ainda interferem de forma negativa no serviço que deseja oferecer às pessoas que a frequentam.

5.3 A Biblioteca José Mindlin e sua infraestrutura

Inserida no SESC Piedade, a Biblioteca José Mindlin é um espaço de disseminação do conhecimento e promoção cultural, e está em funcionamento desde o dia 22 de março de 2002.

Figura 10 — Entrada da Biblioteca José Mindlin



Fonte: Camilla Coelho, 2018.

A biblioteca se encontra no 1º andar do prédio e conta com um acervo de livros com cerca de 10.000 exemplares das mais variadas áreas: como livros infantis e infanto-juvenis, romances de diversos países, obras de referência, literatura brasileira, livros de Direito, didáticos, livros sobre economia, administração, entretenimento, teatro, sociologia, psicologia, revistas e jornais; entre outros suportes, como jogos e *audiobooks*. Bastando o cadastro do usuário, qualquer pessoa pode fazer o empréstimo desses livros. Além disso, realiza exposições e eventos, e oferece também computadores com acesso à internet, dispõe de mesas de estudo e para consulta local. Também possui uma área dedicada ao acervo infantil. O público mais frequente do local são pessoas que estudam para concursos, entretanto a biblioteca ainda é frequentada por uma grande quantidade de idosos, por conta das atividades que são oferecidas pela unidade.

O que diferencia a Biblioteca José Mindlin, é que, apesar de se inserir em uma instituição privada e de seu acervo pertencer a esta, os serviços oferecidos se associam ao de uma biblioteca pública, já que oferece a abertura do acervo, oferecendo a possibilidade de empréstimos e consultas deste, ao público em geral.

Visto que unidade em que se encontra é um espaço reservado à cultura, educação, esportes, lazer e trabalho com grupos da terceira idade, é importante que essa leve em conta as necessidades e interesses dos usuários que a acessem.

5.4 A análise da acessibilidade física na Biblioteca José Mindlin

A partir de uma visita técnica, realizou-se uma análise da acessibilidade física da Biblioteca José Mindlin do SESC Piedade a partir dos parâmetros definidos pela Federação Internacional de Associações de Bibliotecários e Bibliotecas no ano de 2001, sendo observados os seguintes aspectos:

a. Da entrada ser claramente visível e situada na parte do edifício mais frequentada pelos usuários;

Resultado: A biblioteca se encontra no primeiro pavimento da unidade, podendo ser acessada unicamente através de duas sessões de escada. A maior parte dos usuários do SESC frequentam o térreo por conta das atividades de lazer que são oferecidas pela unidade, e o restaurante. Não há placas informativas no térreo que informem aonde a biblioteca se encontra localizada, o que, de certa

forma, pode distanciá-la do público em geral. Segundo a gestão, esse fator causa, algumas vezes, o desconhecimento da existência do centro informacional no local.

b. De se eliminar possíveis barreiras que atrapalhem o uso da biblioteca;

Resultado: O ambiente dentro da biblioteca se adéqua em alguns pontos à acessibilidade. Como por exemplo, existe uma preocupação da bibliotecária em deixar um espaço suficiente para que um cadeirante possa passar entre as estantes ou acessar as mesas para consulta local e estudo. Porém fatores externos, como a ausência de um meio acessível, elevador ou rampa, para interligar o térreo à biblioteca dificulta o acesso a esta para pessoas que apresentem dificuldades de locomoção, o que infelizmente, vem a gerar uma exclusão dessas minorias, limitando o acesso à informação, ação totalmente antagônica ao objetivo das bibliotecas da atualidade, o qual é promover conhecimento, informação e cultura.

Figura 11— Acervo da Biblioteca José Mindlin



Fonte: Camilla Coelho, 2018.

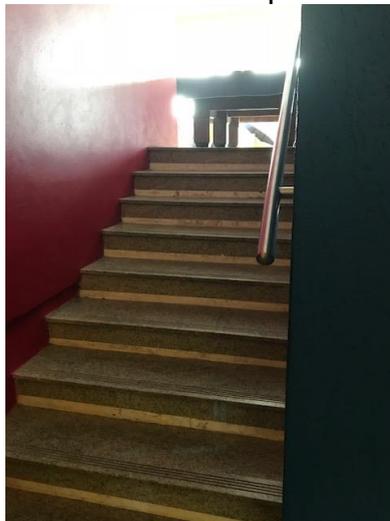
c. De não existir qualquer elemento no projeto que impeça a alguém ou a grupo, de se utilizar de alguma parte da biblioteca;

Resultado: A ausência do elevador já impede o acesso de cadeirantes à unidade informacional e dificulta o acesso de pessoas com dificuldade de locomoção temporárias ou permanentes.

d. De se evitar se construir escadas internas ou no exterior;

Resultado: A única forma de acesso da unidade à biblioteca se faz por meio de duas sessões de escadas. Essas se tornam uma ferramenta de exclusão de pessoas que apresentam limitações físicas ou portadores de deficiências para o ambiente. Vale ressaltar que além de se tornar um risco para os usuários, também pode atingir os funcionários da unidade, pois estes, como todos os seres humanos, também estão constantemente expostos a qualquer incidente que possa limitar sua integridade física, e um dos obstáculos que pode dificultar o exercício de sua função no ambiente de trabalho, é a presença dessas escadas. Além da biblioteca, há outros setores que se encontram no primeiro pavimento do prédio, como o de serviço social, o administrativo e de RH, o setor de recreação e esportes e as salas de aula de teatro. Sendo assim, o funcionário que venha a sofrer algum acidente que provoque lesões físicas permanentes e que limitem sua locomoção, pode se tornar, de certa forma, impossibilitado de trabalhar na unidade.

Figura 12 — Escada de acesso ao 1º pavimento do SESC Piedade



Fonte: Camilla Coelho, 2018.

e. Dos níveis de iluminação estarem ajustados às normas nacionais e às internacionais;

Resultado: Não se tem conhecimento sobre o nível de iluminação, conseqüentemente não há a preocupação de estar dentro das normas. Inclusive, algumas luzes necessitam de manutenção, porém, segundo a responsável pelo setor, o problema está a ser resolvido brevemente. A biblioteca José Mindlin possui o mesmo problema da BPE, com a falta de ajustes na iluminação seguindo normas específicas como a da NBR 5413 da ABNT que “estabelece os valores de iluminâncias médias mínimas em serviço para iluminação artificial em interiores, onde se realizem atividades de comércio, indústria, ensino, esporte e outras” (1992, p. 1), inserindo as bibliotecas, pode-se causar problemas oculares nos usuários por conta da adaptação que sua visão enfrente a níveis de iluminação inadequados para o ambiente de leitura.

Figura 13 — Espaço para leitura da Biblioteca José Mindlin



Fonte: Camilla Coelho, 2018.

f. De estar previstos elevadores próximos à entrada e adaptados para cadeiras de rodas e carrinhos de bebê;

Resultado: A unidade não possui elevador, e esse é o fator que mais distancia as minorias que possuem quaisquer dificuldades de locomoção do centro informacional, visto que a biblioteca se encontra no primeiro pavimento da unidade. O acesso à biblioteca é feito exclusivamente por meio de escadas, tirando total autonomia de busca pelo conhecimento e informação do usuário portador de deficiência física, ou até do público que mais frequenta a unidade do SESC Piedade, os idosos, pois muitas vezes, os mesmos possuem limitações de locomoção, o que dificulta para que esses enfrentem as duas sessões de escadas.

g. De dotar de cestas grandes os carros dos usuários das bibliotecas;

Resultado: Não há cestas para que os usuários movimentem os livros do acervo dentro do ambiente, também não há para que os funcionários organizem o acervo. A implantação de cestas, auxiliaria muitos usuários que realizam pesquisas e estudos a transportarem seus livros dentro do ambiente, facilitando a locomoção do usuário e evitando um trânsito maior de usuários e funcionários entre as estantes.

h. De, periodicamente, se fazer revisão da acessibilidade para confirmar de que não surgiram barreiras que dificultem o uso da biblioteca;

Resultado: As visitas feitas por arquitetos ou engenheiros apenas ocorrem quando se faz necessário realizar alterações ou reformas no ambiente, entretanto, o foco ainda não é a acessibilidade do local. Esse fator demonstra a causa de a acessibilidade física do ambiente ainda precisar de melhorias. O que é bastante preocupante para que, de fato, a acessibilidade seja implantada. É necessário que se faça a revisão de obstáculos presentes na unidade, a fim de se realizar um estudo para que se tome as providências necessárias para, enfim, tornar o ambiente acessível.

i. De, na medida do possível, as normas locais, nacionais e internacionais sobre a acessibilidade dos edifícios públicos serem cumpridas.

Resultado: Há certa preocupação da responsável pelo setor da biblioteca em tornar o ambiente acessível, como o fato de se preocupar em seguir as normas para a distância suficiente das estantes a fim de que um cadeirante e pessoas que utilizam muletas possam se locomover entre elas. Entretanto, vários fatores ainda precisam de atenção para a questão da acessibilidade, a maioria das normas não estão sendo seguidas, o que é um descaso com as pessoas que frequentam a unidade. Um dos fatores que mais influenciam para que isso não seja resolvido brevemente, é a ausência de um elevador ou rampa para o acesso ao primeiro pavimento do prédio, no qual a biblioteca se encontra localizada. Esse seria o primeiro e mais importante passo para começar a tornar o centro informacional e a unidade que se insere acessível a todos os usuários.

Uma observação relevante é que o prédio do SESC Piedade foi inaugurado em 1970 e, nesse período não houve a preocupação com a acessibilidade física do local. A biblioteca foi inaugurada posteriormente, apenas no ano de 2002, num lugar adaptado pela sede. Por conta dessa adaptação, na época não se teve um planejamento próprio para tal estabelecimento. Apesar desse fato, não implica na não necessidade de tornar o ambiente acessível a todos os possíveis usuários para funcionamento das atividades, a situação atual da biblioteca é um erro, todos os edifícios que possuem acesso público devem ser acessíveis.

É necessário que a instituição, especialmente por fornecer serviços que promovem a inclusão social, estude melhor o ambiente e os usuários que a frequentam para se adequar às normas de acessibilidade, pois dessa forma atingirá o objetivo ao qual se propõe, não impossibilitando qualquer minoria de acessar sua unidade informacional e os outros serviços que são oferecidos pela unidade.

6 RESULTADOS DA ANÁLISE

Para uma melhor visualização do resultado de ambas as análises realizadas, estrutura-se um *checklist*, no qual a Biblioteca Pública do Estado, é representada pela sigla BPE, e a Biblioteca José Mindlin, se encontra representada pela sigla BJM, apontando o cumprimento das diretrizes do IFLA:

Tabela1 — Checklist da análise das bibliotecas

DIRETRIZ	BJM	BPE
a) Entrada visível e situada na parte do edifício mais frequentada pelos usuários;	NÃO	SIM
b) Eliminação de barreiras que atrapalhem o uso da biblioteca;	NÃO	NÃO
c) Ausência de qualquer elemento no projeto que impeça a alguém ou a grupo, de se utilizar de alguma parte da biblioteca;	NÃO	NÃO
d) Evitar se construir escadas internas ou no exterior;	NÃO	NÃO
e) Níveis de iluminação ajustados às normas nacionais e às internacionais;	NÃO	NÃO
f) Presença de elevadores;	NÃO	SIM
g) Possuir cestas grandes os carros dos usuários das bibliotecas;	NÃO	NÃO
h) Realizar revisão da acessibilidade periodicamente	NÃO	NÃO
i) Cumprir as normas locais, nacionais e internacionais sobre a acessibilidade dos edifícios públicos.	NÃO	NÃO

Fonte: autora, 2018.

7 CONCLUSÃO

Pensar na acessibilidade, é garantir que as barreiras existentes que excluem portadores de deficiências a certos ambientes sejam derrubadas. É considerar que todos os cidadãos possuam o direito de exercer sua cidadania, de ter acesso à informação e conhecimento, de estar incluído em qualquer serviço oferecido à população. É crucial que essa mesma população tenha a plena consciência que estas pessoas não são necessitadas de tratamentos especiais, mas sim que possuem os mesmos direitos que os da sociedade a qual se inserem, essas devem ser tratadas como cidadãos que são capazes de alcançar todos os seus objetivos. Vale ressaltar, que o necessário não é construir locais adaptados à realidade dessas minorias, isso seria uma forma de exclusão e preconceito. Faz-se importante que se cumpra as normas existentes de acessibilidade para construção e reformas de ambientes, a fim de que atendam e integrem toda a população, independentemente de suas características físicas e limitações.

No presente trabalho, conclui-se que o retrato atual de dois importantes centros informacionais situados na Região Metropolitana do Recife, infelizmente ainda se associa a falta de priorização da acessibilidade física, apresentando problemas primários nesse quesito.

No setor privado, o espaço interno da Biblioteca José Mindlin mostra-se adaptável à acessibilidade física, entretanto o fator da dificuldade de acesso ao espaço, causado pela ausência de rampas ou elevadores na área externa da unidade que interliguem o térreo ao primeiro andar do prédio, exclui a possibilidade de acesso à biblioteca para pessoas com limitações físicas. Nota-se que a própria unidade do SESC Piedade possui um público que se insere indivíduos com algum grau de deficiência, além de idosos que participam de atividades na própria unidade, gestantes e crianças que a visitam todos os dias.

Já na Biblioteca Pública do Estado, conclui-se que há ambientes que se encontram acessíveis, como é o caso da entrada principal da biblioteca por meio das rampas; do setor de referências que possuem corredores facilmente transitáveis e mesas de leitura inclusivas; do setor *Braille*, que é constituído por obras destinadas a deficientes visuais, e da presença de um elevador, que por questão de liberação de verba, encontra-se desativado há alguns anos. E esse é o fator que dificulta o

acesso a algumas áreas da biblioteca, privando alguns de seus serviços a determinadas minorias.

O retrato da acessibilidade das bibliotecas analisadas demonstra que não somente se faz necessário a contratação de profissionais adequados, como arquitetos e engenheiros especializados para propor melhorias nesse quesito, mas também que estes profissionais possam estudar o ambiente juntamente com os bibliotecários dos centros informacionais. Esses profissionais conhecem mais do que ninguém os usuários que frequentam suas bibliotecas, além disso, são capacitados para a aplicação de métodos que recuperem as necessidades de seus clientes, como *feedbacks* de usuários e rodas de conversa sobre a acessibilidade, facilitando a visualização dos problemas da unidade informacional.

Deve-se salientar que, apesar do presente trabalho analisar a acessibilidade inserida na dimensão arquitetônica dessas bibliotecas, não se deve menosprezar a importância das outras diversas dimensões, como a metodológica, comunicacional, atitudinal, entre outras, para integrar indivíduos que possuam qualquer grau de deficiência, sendo na fala, audição, visão, etc.

O fato de ambas as bibliotecas serem abertas ao público em geral, torna esses ambientes potenciais meios de inclusão social, ação importante para pessoas que enfrentam obstáculos todos os dias cheguem à perspectiva que são capazes de alcançar todos os seus objetivos. Daí o importante papel da acessibilidade nesses espaços que trabalham em função de disseminar conhecimento e cultura.

É importante ressaltar que a questão da acessibilidade interfere não somente no acesso dos usuários para tais ambientes, mas também numa possível contratação de pessoas portadoras de deficiências físicas, que devem estar inseridas em quaisquer campos de trabalho que almejem. Sendo assim, é notável que ainda há melhorias a serem aplicadas em ambas as unidades de informação analisadas, para que, enfim o retrato da acessibilidade física desses locais, ricos em conhecimento e cultura, efetive o direito básico de ir e vir de todos os cidadãos, contribuindo para melhorar a qualidade de vida da sociedade em geral.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, F. C. 200 anos da primeira biblioteca pública do Brasil: considerações histórico-biblioteconômicas acerca dessa efeméride. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v.17, n.2, p.2-25, abr./jun. 2012.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma NBR 5413, Iluminância de interiores**. Rio de Janeiro, 1992.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **Norma NBR 9050, Acessibilidade a Edificações, Mobiliário, Espaços e Equipamentos Urbanos**. Rio de Janeiro, 2015.

BEZERRA, Fabiana de Oliveira; SILVA, Alzira Karla Araújo da. A BIBLIOTECA PARTICULAR E SUA FUNÇÃO SOCIAL: um espaço de (in)formação de leitores. **Biblionline**, João Pessoa, v. 4, n. 1/2, p.1-20, 2008. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/biblio/article/view/3140/2623>>. Acesso em: 26 abr. 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. Decreto n.º 6.949, de 25 de agosto de 2009. **Dispõe sobre a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 30 de março de 2007**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm. Acesso em: 25 abr. 2018.

_____. **LEI Nº 8.213**, de 24 de julho de 1991. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

_____. **LEINº 10.098**, de 19 de dezembro de 2000. Diário Oficial da União. Brasília, DF, n. 244-E, p. 2, 20 dez., 2000. Seção 1.

_____. **LEI Nº 8213**, de 24 de julho 1991. Diário Oficial da União. Brasília, DF.

BRASIL (Ministério das Cidades). **Brasil Acessível: Programa Brasileiro de Acessibilidade Urbana**, 2006.

BUSCAGLIA, Leo. **Os deficientes e seus pais**. Rio de Janeiro: Record, 1997. 415 p.

CARLETTO, Ana Cláudia, CAMBIAGHI, Silvana. **Desenho Universal: um conceito para todos**. São Paulo: Instituto Mara Gabrilli, 2008, 38 p.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Diretrizes da IFLA para Bibliotecas Públicas**. Brasília: Briquet de Lemos, 2012.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DE ASSOCIAÇÕES DE BIBLIOTECÁRIOS E BIBLIOTECAS. **Manifesto da IFLA/UNESCO sobre Bibliotecas Públicas**. Brasília, 1994.

FERNANDES, Edicléa Mascarenhas; ORRICO, Hélio Ferreira. **Acessibilidade e inclusão social**. Rio de Janeiro: Deescubra, 2008.

FRØNES, Ivar. **The AutonomousChild: Theorizing Socialization**. [Alemanha]: Springer, 2016, 119 p.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010. **A característica da população**. [s.l.]: IBGE, 2010. Disponível em: <<http://ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 nov. 2018

MAZZONI, A. A.; TORRES, E. F.; OLIVEIRA, R.; ELY, V. H. M. B.; ALVES, J. B. M. Propostas para alcançar a acessibilidade para os portadores de deficiência na biblioteca universitária da UFSC. **Rev. ACB: Biblioteconomia em Santa Catarina**, Santa Catarina: v. 5, n. 5, p. 120-130, 2000.

MILANESI, Luis. **O que é biblioteca**. São Paulo: Brasiliense, 1983. (Coleção Primeiros Passos, n. 94).

MORAES, Rubens Borba de. **O Bibliófilo aprendiz [...]**. São Paulo: Ed. Nacional, 1975.

NUNES, Mônica Maria de Sousa Machado. **A biblioteca pública universitária, acessibilidade e pessoas com deficiências físicas**. 2010. 76 f. Monografia (Especialização em Gestão Universitária) - Universidade de Brasília, Brasília, 2010.

SANTOS, M. P.; DINIZ, C. N.; SÁ, N. A. A importância da acessibilidade em bibliotecas públicas. In: SEMINÁRIO NACIONAL DE BIBLIOTECAS BRAILLE, 8., 2014, São Paulo. **Políticas públicas**. São Paulo: Febab, 2014. p. 1 - 11.

SASSAKI, R. K. **Inclusão: Construindo uma sociedade para todos**. 7º Ed. Rio de Janeiro: WVA, 1997

SITE DA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.biblioteca.pe.gov.br/?pag=1&men=3>>. Acesso em: 6 nov. 2018.

SITE DO SESC PE. **Sesc Piedade**. Disponível em: <<https://www.sescpe.org.br/unidades/sesc-piedade/>>. Acesso em: 6 nov. 2018

SOUZA, Ana Cristina Satiro de. **Passado, presente e futuro nos caminhos da acessibilidade**. São Paulo: Pandora, 2011, 8 p. Disponível em: <http://revistapandorabrasil.com/revista_pandora/acessibilidade/ana_cristina.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2018.

ANEXO A – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM DO SESC**SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO****TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO**

Eu Paula Frassinetti Alves, CPF 248.356.256-00 RG 1787-031, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Camilla Valéria dos Santos Coelho e o Prof. Dr. Maurício Rocha de Carvalho do projeto de pesquisa intitulado “**BIBLIOTECA SEM BARREIRAS**: Uma visualização da acessibilidade física em duas bibliotecas da RMR” a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

Paula, em 30/11/2018.

Paula Frassinetti Alves
Entrevistado

Liliane dos Santos Coelho
Pesquisador responsável pela entrevista

ANEXO B – TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGENS DA BPE

BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESTADO DE PERNAMBUCO

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTO

Eu ADERILSON DE OLIVEIRA SANTOS, CPF 836.880., RG 4.651.504, depois de conhecer e entender os objetivos, procedimentos metodológicos, riscos e benefícios da pesquisa, bem como de estar ciente da necessidade do uso de minha imagem e/ou depoimento, especificados no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), AUTORIZO, através do presente termo, os pesquisadores Camilla Valéria dos Santos Coelho e o Prof. Dr. Maurício Rocha de Carvalho do projeto de pesquisa intitulado “**BIBLIOTECA SEM BARREIRAS**: Uma visualização da acessibilidade física em duas bibliotecas da RMR” a realizar as fotos/filmagem que se façam necessárias e/ou a colher meu depoimento sem quaisquer ônus financeiros a nenhuma das partes.

Ao mesmo tempo, libero a utilização destas fotos/imagens (seus respectivos negativos) e/ou depoimentos para fins científicos e de estudos (livros, artigos, slides e transparências), em favor dos pesquisadores da pesquisa, acima especificados, obedecendo ao que está previsto nas Leis que resguardam os direitos das crianças e adolescentes (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei N.º 8.069/ 1990), dos idosos (Estatuto do Idoso, Lei N.º 10.741/2003) e das pessoas com deficiência (Decreto N.º 3.298/1999, alterado pelo Decreto N.º 5.296/2004).

RECIFE, em 30 / 11 / 2018.

Entrevistado

ADERILSON DE OLIVEIRA SANTOS
 Mat. 251.561-0
 Coordenador do Sistema de Bibliotecas
 BPE - SEC. EDUC.

CAMILA VALÉRIA DOS SANTOS COELHO
 Pesquisador responsável pela entrevista